



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E
CORRETIVA DE SOLUÇÃO DE
VIDEOMONITORAMENTO, E QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E
A EMPRESA US IMPORT LTDA.
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.
8506569-49.2018.8.06.0000).**

CT N.º 35/2018

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Avenida Ministro José Américo, Bairro Cambé, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, Des. Francisco Gladysson Pontes e pelo seu Secretário de Administração e Infraestrutura, Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa, e a empresa **US IMPORT LTDA.**, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jimmy Napoleão Alves, portador da carteira de identidade n. 551.683 SSP/PI, CPF n. 217.740.483-53, com endereço na Av. Dom Severino, nº 2116, Horto Florestal, Teresina/PI, inscrita no CNPJ sob o número 63.347.249/0001-98, daqui por diante simplesmente denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO**, pactuam o presente Contrato, que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e pela Lei n.º 8.666/93, e suas alterações.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

1.1. Fundamenta-se o presente instrumento na proposta apresentada pela Contratada e no resultado da Licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 009/SSP-PI/2017PI, realizado pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência do Piauí, o qual originou a Ata de Registro de Preços nº 001/SSP-PI/2017, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aderiu, tudo de conformidade com as disposições da



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Resolução do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nº 02, de 05 de março de 2015, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/1994, nº 9.648/1998, nº 9.854/1999, da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e de acordo com o Processo Administrativo nº 8506569-49.2018.8.06.0000.

Cláusula Segunda – Do Objeto

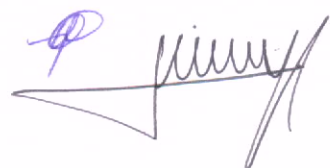
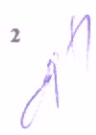
2.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos componentes da Solução de Videomonitoramento implantada em unidades da Contratante, para garantir o perfeito funcionamento do sistema em tempo integral, sem interrupção, de modo a não comprometer as atividades de monitoramento, conforme especificações e quantitativos discriminados na cláusula seguinte.

2.2. Vinculam-se ao presente Contrato, o Edital do Pregão Eletrônico nº 009/SSP-PI/2017 e seus Anexos, a Ata de Registro de Preços nº 001/SSP-PI/2017 bem como a Proposta da CONTRATADA, os quais se constituem em parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Cláusula Terceira – Do Preço

3.1. O preço de cada item, bem como sua descrição e marca, encontra-se especificado na tabela abaixo:

ITENS DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (12 MESES)					
ITEM DA ATA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
54	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA – de Câmera Fixa Tipo 2 (IP) 380 câmeras x 12 meses (ITEM 21 DA ATA)	UNID.	4560	R\$ 203,00	R\$ 925.680,00
57	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA – Câmera Fixa Tipo 5 (IP) 14 câmeras x 12 meses (ITEM 24 DA ATA)	UNID.	168	R\$ 353,00	R\$ 59.304,00
59	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA – Câmera Móvel Tipo 1 (IP) 18 câmeras x 12 meses (ITEM 26 DA ATA)	UNID.	216	R\$ 1.017,00	R\$ 219.672,00
62	MANUTENÇÃO CORRETIVA E	UNID.	216	R\$ 1.392,00	R\$ 300.672,00

 2 



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

	PREVENTIVA - NVR GRAVADOR DE VÍDEO TIPO 01 (IP) 18 NVR's x 12 meses (ITEM 29 DA ATA)				
64	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA - UNIDADE CENTRAL TIPO SERVIDOR 02 (IP) 4 equipamentos x 12 meses (ITEM 31 DA ATA)	UNID.	48	R\$ 12.421,00	R\$ 596.208,00
65	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA - MESA CONTROLADORA IP - 4 equipamentos x 12 meses (ITEM 36 DA ATA)	UNID.	96	R\$ 1.070,00	R\$ 102.720,00
67	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA - REDE DE DADOS (11 Gabinetes x 12 meses)	UNID.	132	R\$ 396,00	R\$ 52.272,00
66	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA - REDE DE FIBRA (1.000 metros x 12 meses)	UNID.	12000	R\$ 0,78	R\$ 9.360,00
VALOR GLOBAL - MANUTENÇÃO CFTV 12 MESES				R\$ 2.265.888,00	
VALOR RATEIO MENSAL DO VALOR GLOBAL MANUTENÇÃO				12 parcelas de R\$ 188.824,00	

3.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os encargos de natureza tributária, social, previdenciária, de administração, lucros, equipamentos, ferramentas, transportes de material, de pessoal e qualquer outra despesa não especificada no Edital e seus Anexos.

Cláusula Quarta – Do Reajuste

4. Os preços oferecidos serão irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei 8.666/93 ou, após celebração do contrato, depois de decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, quando então poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE - INPC, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o artigo 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

Cláusula Quinta – Das Obrigações Da Contratada



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- 5.1. Substituir o objeto imediatamente, nos casos de sinais externos de avaria de transporte/mau funcionamento do produto ou defeito evidente, verificados na inspeção do mesmo;
- 5.2. Arcar com todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas e fretes;
- 5.3. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais, civis e criminais, resultantes da execução do Contrato respectivo, no tocante aos seus empregados, dirigentes e prepostos;
- 5.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato respectivo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 5.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

Cláusula Sexta – Das Obrigações do Contratante

- 6.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas do contrato;
- 6.2. Designar servidor ou comissão composta por servidores para fiscalização e **atesto dos serviços**;
- 6.3. . Efetuar o pagamento na forma regulada na CLÁUSULA TERCEIRA do presente instrumento;
- 6.4. Notificar o FORNECEDOR caso se verifique alguma irregularidade que diga respeito ao presente instrumento.

Cláusula Sétima – Do Prazo de Vigência

7. O prazo de vigência do Contrato será contado da sua assinatura e se estenderá por 12 (doze) meses.

Cláusula Oitava – Dotação Orçamentária

8. As despesas para realização do objeto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

04200053.02.122.036.23023.1500000.44905200.27000.1.20
04200053.02.122.036.23023.1500000.44903900.27000.1.20
04200053.02.122.036.23023.1500000.44903000.27000.1.20
04200053.02.122.036.23018.1500000.33903900.27000.1.20
04200053.02.122.036.23024.1500000.44905200.27000.1.20
04200053.02.122.036.23024.1500000.44903900.27000.1.20
04200053.02.122.036.23024.1500000.44903000.27000.1.20



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

04200053.02.122.036.23019.1500000.33903900.27000.1.20

Cláusula Nona – Dos Pagamentos

9.1. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela Contratada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

9.2. O ATESTO na nota fiscal e o respectivo PAGAMENTO serão efetuados nos seguintes prazos:

- a) prazo máximo para atesto: 05 dias úteis contados da apresentação da nota fiscal;
- b) prazo para pagamento: até o 5º dia útil contado do atesto na nota fiscal/fatura pelo responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

9.3. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

9.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

9.5. A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, Substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

9.6. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no Subitem 10.2., os dias que se passarem entre a data da devolução e a data da reapresentação.

9.7. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, Previdência Social e junto ao FGTS.

9.8. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

9.9. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento incidirão uma única vez, até o efetivo pagamento, baseado no INPC.

Cláusula Décima – Das Penalidades



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará poderá, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. Consideram-se motivos determinantes para esta punição: fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo e cometer fraude fiscal.

10.2. Quando aplicada a multa prevista na alínea “b” será ela compensada por ocasião do pagamento dos valores devidos ou cobrada judicialmente.

10.3. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do contrato, ou todas as sanções relacionadas neste contrato serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

10.4. As sanções estabelecidas no item 11 são da competência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Cláusula Décima Primeira – Da Rescisão

11.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja sua rescisão com as consequências contratuais, inclusive com o reconhecimento dos direitos da Administração conforme disposto nos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

11.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando contraditório e ampla defesa.

11.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

11.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

- o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos (I do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos (II do art. 78 da Lei nº 8.666/93);



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados (III do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento (IV do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração (V do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato (VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores (VII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei (Lei nº 8.666/93) (VIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil (IX do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado (X do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato (XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato (XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato (XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93).

11.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.3.3. Judicialmente, nos termos da legislação.

11.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula Décima Segunda – Dos Casos Omissos



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

12. A execução deste Contrato e os casos nele omissos serão regulados pelas CLÁUSULAS contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e disposições de direito privado, na forma preconizada pelo art.54 c/c o inciso XII, do art. 55, da Lei 8.666/1993.

Cláusula Décima Terceira – Da Publicação

13. A Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado, conforme determina o Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Décima Quarta– Do Foro

15.1. Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2. E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 06 de JULHO de 2018.

**DES. FRANCISCO GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

**SR. MOISÉS ANTÔNIO FERNANDES MONTE COSTA
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA DO TJCE**

**SR. JIMMY NAPOLEÃO ALVES
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA US IMPORT LTDA.**

TESTEMUNHAS: _____